FOLHA DE S. PAULO

Acordo prevê taxação de terrenos urbanos sem utilização

Da Sucursal de Brasília

CONSTITUINTE 88

O Centrão e a liderança do PMDB chegaram ontem a um acordo para a votação do capítulo da Política Urbana na nova Constituição. Segundo o deputado Ricardo Izar (PFL-SP), negociador do Centrão, as desapropriações de imóveis urbanos deverão ser feitas com "prévia e justa indenização em dinheiro". Em contrapartida, será mantido dispositivo aprovado na Comissão de Sistematização que permite ao poder público taxar ou mesmo desapropriar áreas "não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas". Esta prerrogativa, no entanto, será regulada pela legislação federal e municipal, disse Izar.

A Constituição também definirá o usucapião urbano. Quem ocupar uma área de até 250 metros quadrados durante mais de cinco anos, utilizando-a para "sua moradia ou de sua família", terá direito de propriedade. Há duas condições: que não haja nenhuma contestação à ocupação do terreno e que o beneficiado pelo usucapião não seja proprietário de outras áreas, urbanas ou rurais.

O acordo para a política urbana foi firmado por Izar, o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), do Centrão, e o senador Mário Covas (PMDB—SP) e o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), pela liderança peemedebista.

Pela manhã, houve acordo sobre o transporte marítimo de produtos, que movimenta, por ano, 5 bilhões de dólares no Brasil. O texto determina a "predominância de armadores nacionais e navios de bandeira e registros brasileiros e do país exportador ou importador" na contratação de fretes. Isto significa que, no comércio internacional do Brasil, o transporte deverá ser feito predominantemente por navios brasileiros e do parceiro comercial. Definida esta proporção, o restante caberá a armadores e embarcações de terceiros.

Segundo o deputado Gastone Righi (PTB-SP), um dos envolvidos na negociação, o acordo permitirá o fortalecimento da indústria naval brasileira. Os armadores nacionais, disse Righi, serão estimulados a comprar ou construir navios, favorecendo também os trabalhadores marítimos. Deverá também ser respeitado o princípio da reciprocidade, pelo qual o Brasil terá direito ao mesmo valor de fretes que seu parceiro comercial. Se um país fixar, por exemplo, que 40% do transporte devem ser realizados com seus navios, o Brasil também terá 40%. Os 20% restantes ficam para outros países operarem.

O acordo prevê ainda que, nas embarcações brasileiras, o comandante deverá ser brasileiro, bem como o armador e dois terços da tripulação.

A negociação de ontem determinou também que o Estado "favorecerá a organização de atividade garimpeira em cooperativas". Estas associações terão prioridade para a concessão de lavra "de minerais garimpáveis". A esquerda preferiu manter a proteção também a garimpeiros não organizados e retirar a expressão minerais garimpáveis, considerada vaga. O acordo, no entanto, acabou privilegiando as cooperativas. Serra Pelada, no Pará, é a maior, com aproximadamente 40 mil associados.

Lula Marques

Os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), à esq., e Ricardo Fiúza (PFL-PE) conversam na sessão de ontem

Pontos do acordo

1 Desapropriação de imóveis urbanos: *mediante "prévia e justa indenização em dinheiro". A lei definirá casos de utilização irregular que permitirão ao Poder Público multar o proprietário ou mesmo desapropriar a área.*

2 Usucapião: *em áreas de até 250 metros quadrados, ocupadas por mais de cinco anos, para moradia e sem contestação de outros proprietários. O beneficiado não poderá ter outros imóveis.*

'Frente Nacionalista' vence no subsolo

Da Sucursal de Brasília

A vitória da "Frente Parlamentar Nacionalista" na questão da ocupação do subsolo foi considerada pelo líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), "fundamental". O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), prometeu: "Vou tomar um porre, foi a vitória mais importante nesta Constituinte." As articulações do grupo nacionalista começaram há 11 meses, na etapa das subcomissões.

O magistrado, cassado, Osni Duarte Pereira, um nacionalista especializado em questão mineral começou, então, a municiar os parlamentares Newton Friedrich (PMDB-PR), Paulo Ramos (PMDB-RJ), Domingos Leonelli (PMDB-BA) e outros da "Frente" com informações, literatura e números, sobre o subsolo brasileiro, as reservas de petróleo e de minerais. Nesta semana, com uma ofensiva na área militar, os nacionalistas fecharam o leque de articulações.

Quatorze entidades, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), passando por geólogos, mineradores e associações indígenas, já haviam se integrado ao trabalho quando, há dez dias, numa reunião na sede da Frente, no corredor das Comissões da Câmara, Paulo Ramos retomou uma idéia abandonada:

"É hora de irmos aos militares."

As conversas com os ministros da Aeronáutica, Moreira Lima, do Estado-Maior das Forças Armadas, Paulo Camarinha, e do Gabinte Militar, Bayma Dennys, foram um exercício de dizer, não dizendo. Parlamentares disseram que o país estava sendo rifado, sem usarem a expressão diante dos militares. Estes, sem dizer "sim" deixaram claro o apoio às teses nacionalistas, tendo em Bayma o mais indecifrável em sua posição.

O enredo estava traçado quando na terça-feira Paulo Ramos, Friedrich, Brandão Monteiro, Fernando Santana (PCB-BA), Luis Salomão (PDT-RJ), Carlos Alberto de Oliveira (PDT-RJ), Abigail Feitosa (PSB-BA) e Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), intercalando-se, começaram as visitas por Moreira Lima.

Ali, Fernando Santana, sempre escalado para o mesmo papel, quase ao final indagou ao brigadeiro: "Olha, ministro, as multinacionais estão com seus lobbies aí, soltos. Vão à imprensa, dizem o que querem e não querem ver votado, fazem o que querem. Se eles abertamente fazem isto, é preciso que vocês, o Conselho de Segurança Nacional, se manifestem diante da opinião pública."

Moreira Lima, vivendo seu papel, manifestou apoio, sem tocar no assunto abordado, ao manifestar sua "preocupação com os aeroportos clandestinos pelo país, com contrabando "danoso para os interesses nacionais". Entendido o recado, Moreira Lima ainda jogaria sua isca, prontamente engolida, com boa vontade, pelos deputados:

"Nos interessa muito discutir a questão do projeto Calha Norte. Aquela nossa fronteira é uma questão de segurança nacional". Newton Friedrich respondeu: "Também nos interessa, vamos marcar uma data para discutirmos o assunto."

Bayma Dennys, ao contrário de Moreira Lima, e de Camarinha, cujo assessor parlamentar, um coronel, disse preferir o texto do deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ), ainda mais nacionalista, a tudo ouviu calado. O primeiro a tentar provocar uma reação foi Friedrich:

"Na guerra das Malvinas, soldados argentinos morreram por falta de medicamentos e, o senhor sabe, os laboratórios de Nova Yorque, Londres, retardaram entregas, obrigando nossos laboratórios a socorrer a Argentina, com autorização do governo brasileiro, não é?", disse o deputado. Fernando Santana, com sua voz de barítono, viveu seu papel com mais ímpeto, diante de um silencioso Bayma:

"As multinacionais estão intervindo na Constituinte abertamente, dizendo o que deve e não deve o país fazer e as Forças Armadas não vão dizer nada?" Bayma não disse, mas a Paulo Ramos negou que estivesse apoiando o texto do Centrão. Outra frente nesta briga tornou-se conhecida como a "guerra dos mapas". Confeccionado por geólogos, em Minas, os nacionalistas viram no "mapão" de 16 m2 um instrumento de choque na captura de votos.

Há nove dias, com o mapa dobrado, foram ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com dois objetivos: pedir permissão para instalar o mapa no Congresso e fotografar Ulysses junto ao mapa. A foto foi tirada com Newton buscando o presidente pelo braço, enquanto Otávio Elisio abria o mapa atrás. Instalado na entrada da Câmara, o mapa foi taxado de "falso" pelos defensores da internacionalização do subsolo.

O que foi aprovado

Título VII
Da Ordem Econômica e Financeira
Capítulo I
Dos Princípios Gerais, da Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica

Art. 203

Parágrafo 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros. As cooperativas têm prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, onde estejam atuando e naquelas fixadas de acordo com o artigo 23, inciso XXIV, na forma da lei.

Art. 204 Incumbe ao Estado, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo Único — A lei disporá sobre:

I — O regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, as condições e caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II — Os direitos dos usuários;

III — Política tarifária;

IV — A obrigatoriedade de manter serviço adequado.

Art. 205 As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial e pertencem à União, garantida ao concessionário ou autorizado a propriedade do produto da lavra.

Parágrafo 1º É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; a lei regulará a forma e o valor da participação.

Parágrafo 2º O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

Parágrafo 3º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

Parágrafo 4º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

Art. 206 Constitui monopólio da União:

I — A pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos;

II — A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III — A importação e exportação dos produtos previstos nos incisos I e II;

IV — O transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados combustíveis de petróleo, produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto e seus derivados, e gás natural de qualquer origem.

Parágrafo 1º A lei disporá sobre o transporte e utilização de materiais radioativos no território nacional.

Empresários tentam 'lobby' supressivo

ROBERTO LOPES
Enviado especial a Brasília

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as federações de pelo menos três Estados —São Paulo, Rio e Rio Grande do Sul— estão articulando um último e desesperado "lobby" para o Congresso constituinte. Os empresários querem que no segundo turno de votação da próxima Carta —quando só podem ser feitas alterações supressivas ao texto que está sendo aprovado em plenário—, os parlamentares eliminem a jornada de seis horas de trabalho para a indústria, e a ampliação do direito de greve.

O presidente da CNI, senador Albano Franco (PMDB—SE), já informou ao presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, que o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), acha "muito difícil" a aprovação dessas duas alterações, mas que a supressão da jornada de seis horas parece encontrar uma certa receptividade entre setores importantes do PMDB —o que já não acontece quanto ao direito de greve.

A **Folha** apurou que os empresários consideram receptivos à idéia da eliminação da jornada o senador José Richa (PMDB-PR), e deputados como Robson Marinho (PMDB-SP), Geraldo Alckmin (PMDB-SP) e Roberto Brandt (PMDB-MG). "O Brito (deputado Antonio Brito, do PMDB gaúcho) também está sendo tentado", disse Albano Franco, ontem, a um amigo, "mas ainda não chegou". Pela manhã, afundado na poltrona giratória de seu gabinete no Senado, o presidente da CNI virou-se para um assessor e fez o seguinte comentário: "A esquerda é organizada, persistente e presente (nas sessões da Constituinte). Nós da eleite, diante dela somos desorganizados e sem persistência".

Decepção

Por todo o dia, o presidente da CNI deixou vazar a decepção de seus companheiros da indústria com a passividade do Palácio do Planalto, ante a fraca resistência que os articuladores da base de sustentação política do governo no Congresso vem opondo às táticas de parlamentares de esquerda, na votação do Título da Ordem Econômica e Financeira. "O Planalto só se mexeu quando foi para a Constituinte votar o mandato dos presidentes e o sistema de governo", queixou-se Albano ,Franco com dois políticos amigos.

Em outra roda, da qual fazia parte o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB—SP), junto à mesa diretora dos trabalhos no plenário da Constituinte, o ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), dizia: "Aqui dentro, só 32% são proprietários como nós, o resto é tudo da burguesia intelectualizada". Afif foi, sem dúvida, bastante generoso com o que situou como "o resto" do plenário do Congresso constituinte, mas os empresários não parecem dispostos a ter um mínimo de condescendência como governo. Ontem, em diversas conversas telefônicas que foram retransmitidas nos bastidores do Congresso constituinte, os empresários deixaram vazar a informação de que o governo se prepara para apresentar um índice de inflação para o mês de abril abaixo dos 20% (ainda que esse índice passa ser tecnicamente contestado), e arriscam, já, a previsão de que ele ficará em torno dos 19,5%.

No Alvorada

"Nós vamos precisar de uma ação do senhor". Foi o que disse o senador Albano Franco ao presidente José Sarney na semana passada. Como percebesse que o Planalto se mantinha impassível, Albano foi ao Palácio da Alvorada, na noite da última segunda-feria, disposto a repeti-las para Sarney. O presidente ofereceu um jantar ao embaixador dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas (ONU), general Vernon Walters, e o presidente da CNI não encontrou jeito de puxar Sarney para uma conversa a sós. Na mesa para o jantar, o senador sergipano sentou-se ao lado do ministro-chefe do Emfa, brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, e passou a noite a ouvir amenidades, temperadas apenas por alguns comentários, sobre a necessidade do governo preservar a URP.

No Gabinete Civil da Presidência, a atitude passiva do governo nesses primeiros dias de votação do Título da Ordem Econômica foi descrita como "consoante" com a disposição manifestada repetidas vezes pelo presidente e seus colaboradores mais diretos, de deixar o Congresso constituinte livre para deliberar. Mas essa parece ser uma postura para efeito externo. A **Folha** apurou que, no Itamaraty, diplomatas em postos importantes da carreira já se preocupam com as repercussões no exterior, dos dispositivos tidos como nacionalistas que o Congresso constituinte está aprovando.

Editoria de Arte

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

Nacionalização dos recursos minerais

343 SIM

Abigail Feitosa (PSB-BA), Acival Gomes (PMDB-SE), Ademir Andrade (PSB-PA), Adolfo Oliveira (PL-RJ), Adroaldo Streck (PDT-RS), Adylson Motta (PDS-RS), Aécio Neves (PMDB-MG), Affonso Camargo (PTB-PR), Afonso Arinos (PFL-RJ), Agassiz Almeida (PMDB-PB), Agripino de Oliveira Lima (PFL-SP), Airton Cordeiro (PDT-PR), Airton Sandoval (PMDB-SP), Alarico Abib (PMDB-PR), Albérico Cordeiro (PFL-AL), Albérico Filho (PMDB-MA), Aldo Arantes (PC do B-GO), Almir Gabriel (PMDB-PA), Aloysio Chaves (PFL-PA), Aloysio Teixeira (PMDB-RJ), Aluizio Bezerra (PMDB-AC), Aluizio Campos (PMDB-PB), Álvaro Antônio (PMDB-MG), Amaury Muller (PDT-RS), Amílcar Moreira (PMDB-PA), Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), Antero de Barros (PMDB-MT), Antônio Britto (PMDB-RS), Antônio Câmara (PMDB-RN), Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), Antonio Carlos Mendes Thame (PFL-SP), Antônio de Jesus (PMDB-GO), Antonio Mariz (PMDB-PB), Antonio Perosa (PMDB-SP), Arnaldo Moraes (PMDB-PA), Artur da Távola (PMDB-RJ), Augusto Carvalho (PCB-DF), Áureo Mello (PMDB-AM), Benedicto Monteiro (PTB-PA), Benedita da Silva (PT-RJ), Bernardo Cabral (PMDB-AM), Beth Azize (PSB-AM), Bocayuva Cunha (PDT-RJ), Bosco França (PMDB-SE), Brandão Monteiro (PDT-RJ), Carlos Alberto (PTB-RN), Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), Carlos Cardinal (PDT-RS), Carlos Chiarelli (PFL-RS), Carlos Cotta (sem partido-MG), Carlos Mosconi (sem partido-MG), Correa Benevides (PTB-AM), Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), Célio de Castro (sem partido-MG), Celso Dourado (PMDB-BA), Cesar Cals Neto (PDS-CE), César Maia (PDT-RJ), Chagas Duarte (PFL-RR), Chagas Rodrigues (PMDB-PI), Chico Humberto (PDT-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA), Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), Costa Ferreira (PFL-MA), Cunha Bueno (PDS-SP), Dalton Canabrava (PMDB-MG), Darcy Deitos (PMDB-PR), Davi Alves Silva (PDS-MA), Del Bosco Amaral (PMDB-SP), Dirceu Carneiro (PMDB-SC), Domingos Juvenil (PMDB-PA), Domingos Leonelli (PMDB-BA), Edésio Frias (PDT-RJ), Edivaldo Motta (PMDB-PB), Edme Tavares (PFL-PB), Edmilson Valentim (PC do B-RJ), Eduardo Bonfim (PC do B-AL), Eduardo Jorge (PT-SP), Eduardo Moreira (PMDB-SC), Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), Elias Murad (PTB-MG), Eliel Rodrigues (PMDB-PA), Eraldo Trindade (PFL-AP), Erico Pegoraro (PFL-RS), Euclides Scalco (PMDB-PR), Evaldo Gonçalves (PFL-PB), Fábio Feldmann (PMDB-SP), Farabulini Júnior (PTB-SP), Fausto Fernandes (PMDB-PA), Feres Nader (PDT-RJ), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Fernando Cunha (PMDB-GO), Fernando Gasparian (PMDB-SP), Fernando Gomes (PMDB-BA), Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Fernando Lyra (sem partido-PE), Fernando Santana (PCB-BA), Fernando Velasco (PMDB-PA), Firmo de Castro (PMDB-CE), Florestan Fernandes (PT-SP), Floriceno Paixão (PDT-RS), França Teixeira (PMDB-BA), Francisco Amaral (PMDB-SP), Francisco Benjamim (PFL-BA), Francisco Kuster (PMDB-SC), Francisco Pinto (PMDB-BA), Francisco Rossi (PTB-SP), Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), Gastone Righi (PTB-SP), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Geovah Amarante (PMDB-SC), Geraldo Bulhões (PMDB-AL), Geraldo Campos (PMDB-DF), Geraldo Fleming (PMDB-AC), Geraldo Melo (PMDB-PE), Gerson Camata (PMDB-ES), Gerson Marcondes (PMDB-SP), Gidel Dantas (PMDB-CE), Gil César (PMDB-MG), Gumercindo Milhomem (PT-SP), Gustavo de Faria (PMDB-RJ), Harlan Gadelha (PMDB-PE), Haroldo Lima (PC do B-BA), Haroldo Sabóia (PMDB-MA), Hélio Costa (PMDB-MG), Hélio Duque (PMDB-PR), Hélio Manhães (PMDB-ES), Hélio Rosas (PMDB-SP), Henrique Córdova (PDS-SC), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Heráclito Fortes (PMDB-PI), Hermes Zanetti (PMDB-RS), Homero Santos (PFL-MG), Humberto Lucena (PMDB-PB), Humberto Souto (PFL-MG), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Iraja Rodrigues (PMDB-RS), Iram Saraiva (PMDB-GO), Irma Passoni (PT-SP), Ismael Wanderley (PMDB-RN), Itamar Franco (sem partido-MG), Ivo Cersósimo (PMDB-MS), Ivo Lech (PMDB-RS), Ivo Mainard (PMDB-RS), Ivo Vanderlinde (PMDB-SC), Jairo Azi (PFL-BA), Jairo Carneiro (PFL-BA), Jamil Haddad (PSB-RJ), Jayme Paliarin (PTB-SP), Jayme Santana (PFL-MA), Jesualdo Cavalcanti (PFL-RJ), Joaci Góes (PMDB-BA), João Agripino (PMDB-PB), João Cunha (PDT-SP), João de Mota (PFL-PB), João de Deus Antunes (PDT-RS), João Natal (PMDB-GO), João Paulo (PT-MG), João Rezek (PMDB-SP), Joaquim Bevilácqua (PTB-SP), Joaquim Haickel (PMDB-MA), Joaquim Sucena (PTB-MT), Jofran Frejat (PFL-DF), Jorge Hage (PMDB-BA), Jorge Medauar (PMDB-BA), Jorge Uequed (PMDB-RS), José Carlos Coutinho (PL-RJ), José Carlos Grecco (PMDB-SP), José Carlos Sabóia (PSB-MA), José Costa (sem partido-AL), José da Conceição (PMDB-MG), José Dutra (PMDB-AM), José Fernandes (PDT-AM), José Fogaça (PMDB-RS), José Freire (PMDB-GO), José Genoino (PT-SP), José Guedes (PMDB-RO), José Luiz de Sá (PL-RJ), José Maranhão (PMDB-PB), José Maria Eymael (PDC-SP), José Maurício (PDT-RJ), José Paulo Bisol (PMDB-RS), José Queiroz (PFL-SE), José Tavares (PMDB-PR), José Thomaz Nonô (PFL-AL), José Timóco (PFL-PE), José Ulisses de Oliveira (PMDB-MG), José Viana (PMDB-RO), Juarez Antunes (PDT-RJ), Júlio Campos (PFL-MT), Júlio Costamilan (PMDB-RS), Koyu Iha (PMDB-SP), Leite Chaves (PMDB-PR), Leopoldo Bessone (PMDB-MG), Leur Lomanto (PFL-BA), Levy Dias (PFL-MS), Lézio Sathler (PMDB-ES), Lídice da Mata (PC do B-BA), Lourival Baptista (PFL-SE), Lúcio Alcântara (PFL-CE), Luiz Alberto Rodrigues (PMDB-MG), Luiz Freire (PMDB-PE), Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), Luiz Leal (PMDB-MG), Luiz Marques (PFL-CE), Luiz Salomão (PDT-RJ), Luiz Viana Neto (PMDB-BA), Lysâneas Maciel (PDT-RJ), Magalhães Vilela (PMDB-GO), Maluly Neto (PFL-SP), Manoel Moreira (PMDB-SP), Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Manuel Viana (PMDB-CE), Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), Márcio Braga (PMDB-RJ), Márcio Lacerda (PMDB-MT), Marcos Queiroz (PMDB-PE), Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), Maria Lúcia (PMDB-AC), Mário Assad (PFL-MG), Mário Covas (PMDB-SP), Mário de Oliveira (PMDB-MG), Mário Lima (PMDB-BA), Mário Maia (PDT-AC), Marluce Pinto (PMDB-RR), Mattos Leão (PMDB-PR), Maurício Correa (PDT-DF), Maurício Fruet (PMDB-PR), Maurício Nasser (PMDB-PR), Maurício Pádua (PMDB-MG), Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), Mauro Benevides (PMDB-CE), Mauro Borges (PDC-GO), Mauro Campos (sem partido-MG), Mauro Sampaio (PMDB-CE), Max Rosenmann (PMDB-PR), Mendes Botelho (PTB-SP), Mendes Canale (PMDB-MS), Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Messias Góis (PFL-SE), Messias Soares (PTB-RJ), Michel Temer (PMDB-SP), Milton Barbosa (PMDB-BA), Milton Lima (PMDB-MG), Miro Teixeira (PMDB-RJ), Moema São Thiago (PDT-CE), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Myriam Portella (PDS-PI), Nabor Júnior (PMDB-AC), Nelson Aguiar (PDT-ES), Nelson Carneiro (PMDB-RJ), Nelson Jobim (PMDB-RS), Nelson Seixas (PDT-SP), Nelson Wedekin (PMDB-SC), Neltos Friedrich (PMDB-PR), Nestor Duarte (PMDB-BA), Ney Maranhão (PMB-PE), Nilso Sguarezzi (PMDB-PR), Nilson Gibson (PMDB-PE), Nion Albernaz (PMDB-GO), Noel de Carvalho (PDT-RJ), Octávio Elísio (sem partido-MG), Olavo Pires (PMDB-RO), Olivio Dutra (PT-RS), Osmar Leitão (PFL-RJ), Osmir Lima (PMDB-AC), Osvaldo Bender (PDS-RS), Osvaldo Macedo (PMDB-PR), Oswaldo Almeida (PL-RJ), Oswaldo Trevisan (PMDB-PR), Ottomar Pinto (PMDB-RR), Paes de Andrade (PMDB-CE), Paulo Delgado (PT-MG), Paulo Marques (PFL-PE), Paulo Paim (PT-RS), Paulo Ramos (PMDB-RJ), Paulo Roberto (PMDB-PA), Paulo Silva (PMDB-PI), Paulo Zarzur (PMDB-SP), Percival Muniz (PMDB-MT), Pimento da Veiga (sem partido-MG), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Plínio Martins (PMDB-MS), Pompeu de Sousa (PMDB-DF), Raimundo Bezerra (PMDB-CE), Raimundo Lira (PMDB-PB), Raquel Cândido (PFL-RO), Raul Belém (PMDB-MG), Raul Ferraz (PMDB-BA), Renan Calheiros (PMDB-AL), Renato Bernardi (PMDB-PR), Renato Vianna (PMDB-SC), Rita Camata (PMDB-ES), Roberto Augusto (PTB-RJ), Roberto D'Ávila (PDT-RJ), Roberto Freire (PCB-PE), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Roberto Rollemberg (PMDB-SP), Roberto Torres (PTB-AL), Roberto Vital (PMDB-MG), Rodrigues Palma (PTB-MT), Ronaldo Aragão (PMDB-RO), Ronaldo Carvalho (PMDB-MG), Ronan Tito (PMDB-MG), Rose de Freitas (PMDB-ES), Rospide Netto (PMDB-RS), Ruben Figueiró (PMDB-MS), Ruy Bacelar (PMDB-BA), Ruy Nedel (PMDB-RS), Salatiel Carvalho (PFL-PE), Santinho Furtado (PMDB-PR), Sarney Filho (PFL-MA), Sérgio Spada (PMDB-PR), Severo Gomes (PMDB-SP), Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), Silvio Abreu (PMDB-MG), Simão Sessim (PFL-RJ), Siqueira Campos (PDC-GO), Sólon Borges dos Reis (PTB-SP), Sotero Cunha (PDC-RJ), Tadeu França (sem partido-PR), Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), Theodoro Mendes (PMDB-SP), Tito Costa (PMDB-SP), Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), Ubiratan Spinelli (PDS-MT), Uldurico Pinto (PMDB-BA), Valmir Campelo (PFL-DF), Valter Pereira (PMDB-MS), Vasco Alves (sem partido-ES), Vilson Souza (PMDB-SC), Vingt Rosado (PMDB-RN), Virgildásio de Senna (PMDB-BA), Virgílio Guimarães (PT-MG), Vitor Buaiz (PT-ES), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Vladimir Palmeira (PT-RJ), Wagner Lago (PMDB-MA), Waldir Pugliesi (PMDB-PR), Walmor de Luca (PMDB-SC), Wilma Maia (PDS-RN), Wilson Campos (PMDB-PE), Wilson Martins (PMDB-MS), Zizo Valadares (sem partido-MG)

NÃO 126

Adauto Pereira (PDS-PB), Alif Domingos (PL-SP), Albano Franco (PMDB-SE), Alceni Guerra (PFL-PR), Alércio Dias (PFL-AC), Alexandre Puzyna (PMDB-SC), Álvaro Pacheco (PFL-PI), Alysson Paulinelli (PFL-MG), Amaral Netto (PDS-RJ), Ângelo Magalhães (PFL-BA), Annibal Barcellos (PFL-AP), Antônio Carlos Franco (PMDB-SE), Antonio Ferreira (PFL-AL), Antonio Ueno (PFL-PR), Arnaldo Martins (PMDB-RO), Arnaldo Prieto (PFL-RS), Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), Assis Canuto (PFL-RO), Átila Lira (PFL-PI), Basílio Villani (PMDB-PR), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Caio Pompeu (PMDB-SP), Cardoso Alves (PMDB-SP), Carlos de' Carli (PMDB-AM), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Christóvam Chiaradia (PFL-MG), Cláudio Ávila (PFL-SC), Delfim Netto (PDS-SP), Délio Braz (PMDB-GO), Denisar Arneiro (PMDB-RJ), Dionísio Dal Prá (PFL-PR), Divaldo Suruagy (PFL-AL), Enoc Vieira (PFL-MA), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Ervin Bonkoski (sem partido-PR), Expedito Machado (PMDB-CE), Fausto Rocha (PFL-SP), Felipe Mendes (PDS-PI), Francisco Carneiro (PMDB-DF), Francisco Coelho (PFL-MA), Francisco Diógenes (PDS-AC), Furtado Leite (PFL-CE), Gandi Jamil (PFL-MS), Genésio Bernardino (PMDB-MG), Geovani Borges (PFL-AP), Geraldo Alckmin Filho (PMDB-SP), Gilson Machado (PFL-PE), Hilário Braun (PMDB-RS), Iberê Ferreira (PFL-RN), Inocêncio Oliveira (PFL-PE), Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), Jalles Fontoura (PFL-GO), Jarbas Passarinho (PDS-PA), João Calmon (PMDB-ES), João Castelo (PDS-MA), João Menezes (PFL-PA), Joaquim Francisco (PFL-PE), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Jonival Lucas (PFL-BA), Jorge Arbage (PDS-PA), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Jorge Vianna (PMDB-BA), José Agripino (PFL-RN), José Camargo (PFL-SP), José Egreja (PTB-SP), José Elias (PTB-MS), José Geraldo (PMDB-MG), José Jorge (PFL-PE), José Lins (PFL-CE), José Lourenço (PFL-BA), José Melo (PMDB-AC), José Mendonça Bezerra (PFL-PE), José Maura (PFL-PE), José Richa (PMDB-PR), José Santana de Vasconcellos (PFL-MG), José Serra (PMDB-SP), José Teixeira (PFL-MA), Jovanni Masini (PMDB-PR), Lael Varella (PFL-MG), Lavoisier Maia (PDS-RN), Lúcia Vânia (PMDB-GO), Luis Eduardo (PFL-BA), Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), Luiz Soyer (PMDB-GO), Luiz Viana (PMDB-BA), Manoel Castro (PFL-BA), Márcia Kubitschek (PMDB-DF), Marco Maciel (PFL-PE), Marcos Lima (PMDB-MG), Matheus Iensen (PMDB-PR), Maurício Campos (PFL-MG), Mauro Miranda (PMDB-GO), Melo Freire (PMDB-MG), Mello Reis (PDS-MG), Milton Reis (PMDB-MG), Mussa Demes (PFL-PI), Naphtali Alves de Souza (PMDB-GO), Narciso Mendes (PDS-AC), Nyder Barbosa (PMDB-ES), Odacir Soares (PFL-RO), Orlando Pacheco (PFL-SC), Oscar Corrêa (PFL-MG), Osvaldo Coelho (PFL-PE), Paes Landim (PFL-PI), Paulo Roberto Cunha (PDC-GO), Pedro Canedo (PFL-GO), Pedro Ceolin (PFL-ES), Rachid Saldanha Derzi (PMDB-MS), Ricardo Fiuza (PFL-PE), Ricardo Izar (PFL-SP), Rita Furtado (PFL-RO), Roberto Brandt (sem partido-MG), Roberto Campos (PDS-MT), Ronaldo Cézar Coelho (PMDB-RJ), Ronaro Corrêa (PFL-MG), Rosa Prata (PMDB-MG), Ruberval Pilotto (PDS-SC), Saulo Queiroz (PFL-MS), Sérgio Werneck (PMDB-MG), Stélio Dias (PFL-ES), Telmo Kirst (PDS-RS), Victor Fontana (PFL-SC), Victor Trovão (PFL-MA), Vinicius Cansanção (PFL-AL), Virgílio Galassi (PDS-MG), Waldeck Ornélas (PFL-BA)

ABSTENÇÕES 17

Carlos Benevides (PMDB-CE), Djenal Gonçalves (PMDB-SE), Doreto Campanari (PMDB-SP), Eunice Michiles (PFL-AM), Guilherme Palmeira (PFL-AL), Jesus Tajra (PFL-PI), João Alves (PFL-BA), José Carlos Martinez (PMDB-PR), José Luiz Maia (PDS-PI), Jutahy Magalhães (PMDB-BA), Nelson Sabrá (PFL-RJ), Raimundo Rezende (PMDB-MG), Renato Johnsson (PMDB-PR), Samir Achôa (PMDB-SP), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Ulysses Guimarães (PMDB-SP), Victor Faccioni (PDS-RS)

AUSENTES 73

Adhemar de Barros Filho (PDT-SP), Aécio de Borba (PDS-CE), Alexandre Costa (PFL-MA), Alfredo Campos (PMDB-MG), Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG), Álvaro Valle (PL-RJ), Antonio Gaspar (PMDB-MA), Antonio Salim Curiati (PDS-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Arnold Fioravante (PDS-SP), Artenir Werner (PDS-SC), Asdrubal Bentes (PMDB-PA), Benito Gama (PFL-BA), Bezerra de Melo (PMDB-CE), Carlos Vinagre (PMDB-PA), Carlos Virgílio (PDS-CE), Chagas Neto (PMDB-RO), Cleonâncio Fonseca (PFL-SE), Cristina Tavares (sem partido-PE), Darcy Pozza (PDS-RS), Dase Coimbra (PMDB-RJ), Dionísio Hage (PFL-PA), Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Edison Lobão (PFL-MA), Eliézer Moreira (PFL-MA), Etevaldo Nogueira (PFL-CE), Ézio Ferreira (PFL-AM), Fábio Raunheitti (PTB-RJ), Felipe Cheidde (PMDB-SP), Flavio Palmier da Veiga (PMDB-RJ), Flávio Rocha (PFL-RN), Francisco Domelles (PFL-RJ), Francisco Rollemberg (PMDB-SE), Francisco Soles (PMDB-RO), Gerson Peres (PDS-PA), Gonzaga Patriota (PMDB-PE), Jacy Scanagatta (PFL-PR), Jessé Freire (PFL-RN), João Carlos Bacelar (PMDB-BA), João Herrmann Neto (PMDB-SP), João Lobo (PFL-PI), João Machado Rollemberg (PFL-SE), Jorge Leite (PMDB-RJ), José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), Lélio Souza (PMDB-RS), Leopoldo Peres (PMDB-AM), Lourenberg Nunes Rocha (PTB-MT), Lúcia Braga (PFL-PB), Luiz Gushiken (PT-SP), Manoel Ribeiro (PMDB-PA), Marcondes Gadelha (PFL-PB), Mário Bouchardet (PMDB-MG), Meira Filho (PMDB-DF), Miraldo Gomes (PMDB-BA), Moysés Pimentel (PMDB-CE), Onofre Corrêa (PMDB-MA), Orlando Bezerra (PFL-CE), Osmundo Rebouças (PMDB-CE), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), Paulo Macarini (PMDB-SC), Paulo Mincarone (PMDB-RS), Paulo P